SciELO Preprints

Estado da publicação: O preprint foi publicado em outro meio.
DOI do preprint publicado: https://doi.org/10.22169/cadernointer.v15n56.4038

EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: Potencialidades e Obstáculos

Francisco André Silva Martins, Felipe Bueno Amaral

https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.6305

Submetido em: 2023-06-29
Postado em: 2023-07-12 (versão 1)
(AAAA-MM-DD)

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.6305

EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: Potencialidades e Obstáculos

FRANCISCO ANDRÉ SILVA MARTINS[1]
ORCID: https://orcid.org/0000-0003-4906-573X
francisco.martins@uemg.br
FELIPE BUENO AMARAL[2]
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-6668-5415
amaralfelipeb@gmail.com

[1] Professor efetivo, Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Minas Gerais – UEMG. Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.
[2] Professor pesquisador convidado da Universidad Pedagógica y Tecnológica de Colombia – UPTC. Bogotá, D.C. Colômbia.

RESUMO: O presente trabalho tem como foco uma discussão de cunho teórico/bibliográfico que vai investigar a produção acadêmica de artigos centrados em práticas docentes pautadas por uma educação antirracista e nas implicações dessas ações na escola como instituição pública de formação dos sujeitos sociais. O objetivo é amalgamar no trabalho, a partir da análise das produções científicas selecionadas, as potencialidades educativas e obstáculos enfrentados na escola. Compreende-se que tais trabalhos podem reverberar na sensibilização de docentes e fomentar práticas antirracistas a partir da escola, o que se investe de uma maior importância quando nos deparamos com uma sociedade brasileira marcada pela existência e perenidade do racismo estrutural. Diante disso, ao pesquisar práticas educativas antirracistas e a escola como instituição escolar, inserida em uma conjuntura social contemporânea, evidencia-se um potencial antirracista a partir da reprodução social no diálogo entre a estrutura histórica e práticas atuais contextuais. Ademais, os obstáculos se encontram quando a dimensão histórica é apagada do sistema de práticas contemporâneo.

Palavras-chave: Educação Antirracista, Práticas Pedagógicas Antirracistas, Educação para as Relações Étnico-Raciais.

ANTI-RACIST EDUCATION: Potentialities and Obstacles

ABSTRACT: The present work focuses on a theoretical/bibliographical discussion that will investigate the academic production of articles centered on teaching practices guided by an anti-racist education and on the implications of these actions in the school as a public institution for the formation of social subjects. The objective is to amalgamate in the work, from the analysis of the selected scientific productions, the educational potentialities and obstacles faced in the school. It is understood that such works can reverberate in the awareness of teachers and encourage anti-racist practices from the school, which is invested with greater importance when we are faced with a Brazilian society marked by the existence and perpetuity of structural racism. Therefore, when researching anti-racist educational practices and the school as a school institution, inserted in a contemporary social context, an anti-racist potential is evident from the social reproduction in the dialogue between the historical structure and current contextual practices. Moreover, obstacles are found when the historical dimension is erased from the contemporary system of practices.

Keywords: Anti-racist Education, Anti-racist Pedagogical Practices, Education for Ethnic-Racial Relations.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.6305

EDUCACIÓN ANTIRRACISTA: Potencialidades y Obstáculos

RESUMEN: El presente trabajo se centra en una discusión teórico/bibliográfica que investigará la producción académica de artículos centrados en las prácticas docentes orientadas por una educación antirracista y en las implicaciones de estas acciones en la escuela como institución pública para la formación de sujetos sociales. El objetivo es amalgamar en el trabajo, a partir del análisis de las producciones científicas seleccionadas, las potencialidades educativas y los obstáculos enfrentados en la escuela. Se entiende que tales obras pueden repercutir en la conciencia de los docentes y fomentar prácticas antirracistas desde la escuela, lo que adquiere mayor importancia cuando nos enfrentamos a una sociedad brasileña marcada por la existencia y perpetuidad del racismo estructural. Por lo tanto, al investigar las prácticas educativas antirracistas y la escuela como institución escolar, inserta en un contexto social contemporáneo, se evidencia un potencial antirracista desde la reproducción social en el diálogo entre la estructura histórica y las prácticas contextuales actuales. Además, se encuentran obstáculos cuando se borra la dimensión histórica del sistema de prácticas contemporáneo.

Palabras clave: Educación antirracista, Prácticas pedagógicas antirracistas, Educación para las Relaciones Étnico-Raciales.

INTRODUÇÃO

O trabalho tem como foco uma discussão de cunho teórico/bibliográfico que vai investigar a produção com foco em práticas docentes na Educação Básica pautadas por uma educação antirracista e nas implicações na escola como instituição pública de formação dos sujeitos sociais (SOUZA, 2007). A partir dos dados obtidos em nosso estudo, sistematizamos as potencialidades educativas e também os obstáculos enfrentados na rotina escolar a partir de artigos científicos publicados na plataforma Scielo[1]. Tais trabalhos podem lançar luz às práticas antirracistas em uma sociedade brasileira marcada pela existência e perenidade do racismo estrutural (ALMEIDA, 2020).

Partindo de uma compreensão da Sociologia como a ciência social que estuda a vida em sociedade bem como as relações e interações dos sujeitos sociais, em suas formas de associação, disputas e conflitos (OLIVEIRA, 1995), entendemos que uma investigação científica está para além de sua dimensão acadêmica, de simples execução de um determinado procedimento metodológico para atingir um resultado. Destacamos que as discussões e reflexões que se levantam a partir das experiências sociais e dos textos aqui apresentados permitem dialogar com uma realidade que se estrutura na distinção e tensão social, que se mostra e constrói também dentro do sistema de ensino quando pensamos a escola como espaço de interação prática e simbólica. Nesse sentido, a pesquisa congrega também as inquietações e efeitos da realidade social que podem, em grande medida, agir sobre os pesquisadores a ponto de implicá-los no referido trabalho.

[1] Considerada um dos bancos de dados (ou biblioteca digital) mais importante do país. Se destina a publicações de trabalhos acadêmicos que sejam constantes em revistas acadêmicas do Brasil.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.6305

Em uma conjuntura social nacional de emergência de uma onda de valores conservadores e de agravamento de manifestações de caráter racista[2], de inflamação de conflitos sociais, de culpabilização dos movimentos sociais e de questionamento dos direitos das minorias, torna-se vital compreendermos as potencialidades educativas antirracistas, não apenas nas instituições escolares, mas em nossas famílias, no cotidiano social, isso como ferramenta de formação de sujeitos mais humanos e cientes de seu lugar social e do lugar e direito do outro (MUNANGA; GOMES, 2016). Portanto, ao reconhecermos a estrutura violentamente desigual da sociedade brasileira, reconhecemos também que essa foi histórica e socialmente construída com base na exclusão das classes pobres, no patriarcado e no racismo estrutural advindo dos mais de 400 anos de escravidão (ALMEIDA, 2020). Falamos de um Brasil que não pode ser pensado sem a pele negra.

Discutir práticas educativas antirracistas se mostra um caminho profícuo e potente de compreensão dessas práticas e de suas possíveis reverberações na realidade educacional dos estudantes. O ano de 2003 serve de marco de luta pela diversidade racial no Brasil, uma luta histórica do Movimento Negro (CARDOSO, 2002) que conseguiu a institucionalização da lei 10.639, que alterou a LDB e tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Africana e Afro-brasileira nas escolas públicas e privadas. No bojo dessa luta, posteriormente, o ano de 2008 marca a união das lutas ao agregar o estudo da História e da Cultura Indígena, por meio da lei 11.645. Todavia, mesmo passados alguns anos da institucionalização das leis, uma reflexão diuturna sobre o racismo e a educação como formação dos sujeitos se mostra vital se o interesse for por uma sociedade que suplante o racismo como prática social no futuro (GOMES, 2017). Segundo Ângela Davis (2016), para a luta por uma sociedade que coloque fim ao racismo, não basta não ser racista, mas sim antirracista, entender a lógica de funcionamento do racismo como ferramenta de dominação prática e simbólica para subjugar pessoas pela sua condição racial. Nessa direção, a educação é um caminho profícuo.

Ao nos propormos a elaborar um trabalho nesses moldes é importante antes refletirmos sobre quais são efetivamente nossas inquietações sociológicas e pedagógicas. Nesse processo, de reflexão sobre o que nos inquieta, algumas questões nos ocorreram e, nos moldes da educação Freireana (FREIRE, 2011), as teremos como orientação na busca do que pretendemos entender. Ao longo deste artigo, pretendemos mobilizar um sentido ordenado para a reflexão a partir das seguintes questões: Podemos considerar a existência de uma prática educativa antirracista no país? Quais as práticas educativas antirracistas têm sido debatidas nas produções de teóricos da área? Tais obras têm tratado de práticas antirracistas? Quais as repercussões de tais propostas educativas nas escolas e na sociedade? Quais as potencialidades e obstáculos são enfrentados no chão da escola, na realidade escolar cotidiana? Em síntese, o problema de pesquisa envolve o estudo de práticas educativas antirracistas na produção acadêmica atual.

Diante de um contexto marcado pela emergência de uma realidade de cisão social, que coloca em campos opostos conservadores e progressistas, uma pesquisa que aborda práticas educativas antirracistas se mostra como condição primaz para romper com o preconceito racial e com o discurso racista que inferioriza determinadas pessoas pela sua raça. A busca por uma sociedade mais humana, mais

[2] Situações essas fomentadas inclusive por membros do governo executivo federal, gestão 2018/2022. Rememoramos aqui uma fala na qual o ex-presidente da República Jair Bolsonaro ao discursar para uma plateia de empresários disse que em uma visita a uma comunidade quilombola encontrou moradores eram vagabundos, muito gordos, por não quererem trabalhar e que por isso poderiam ser pesados em arrobas, mesmo sistema utilizado antigamente no período escravista.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.6305

igualitária e não racista passa obrigatoriamente pelo processo de formação das futuras gerações e com isso a educação emerge como ferramenta potente. Para além de sua condição como trabalho acadêmico a presente pesquisa se justifica ainda pela possibilidade de fomentar reflexões em outros educadores que podem ter acesso ao trabalho e se engajar na luta por uma educação antirracista.

METODOLOGIA

A especificidade da Sociologia, ao lidar com a complexidade que envolve a realidade social e procurar compreender as situações que a afetam, nos coloca diante de um campo de pesquisa que nos cobra um processo, sobretudo, ético em seus procedimentos e no contato e compreensão dos sujeitos sociais.

Este artigo, portanto, tem a pretensão de uma discussão de cunho reflexivo, prático e teórico, como foco em produções acadêmicas de artigos científicos. Tem como ponto de partida a construção de um alicerce, um arcabouço teórico, no qual sustentar o debate. Diante disso, um primeiro movimento envolveu o levantamento de obras clássicas para abordar conceitos imprescindíveis (GUIMARÃES, 2008), como: raça, racismo, preconceito, democracia racial, discriminação racial, miscigenação. Tais conceitos irão compor o arcabouço teórico que servirá de suporte para análise dos trabalhos acadêmicos levantados.

Como procedimento de exploração de dados, acessamos o banco de teses e dissertações da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal em Nível Superior), por agregar as dissertações e teses produzidas no país. Todavia, ao pensarmos sobre os debates empreendidos em relação às pesquisas mudamos o foco. Passamos a pensar sobre as possibilidades contidas nos arquivos dos eventos organizados pela ANPED (Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação), mas também pensando nos debates possíveis e na frequência e filiação a referida associação como algo ainda restrito a um grupo menor de pesquisadores, pensamos em expandir ainda mais e focar em trabalhos mais acessíveis. Finalmente com o foco em trabalhos que tenham maior circulação e acesso irrestrito acabamos mudando a rota e optamos por acessar o site do SCIELO, tendo em vista ser a mais importante plataforma de divulgação de trabalhos científicos e sua capacidade em congregar publicações das mais variadas revistas acadêmicas do Brasil. Nossa escolha se pautou no entendimento que os resultados de pesquisas publicadas por meio de artigos têm maior circulação e acesso dos pares e do grande público.

Estabelecida a base da pesquisa, passamos aos critérios de inclusão e exclusão. Partimos da palavra-chave "Educação Antirracista" com o fito de obter o levantamento de trabalhos que envolvessem práticas educativas dessa monta desenvolvidas na escola, na educação básica, comportando o ensino fundamental e o médio. Apesar de nos dispormos, inicialmente, a analisar 50 trabalhos como número de corte, foram encontrados somente 24.

De posse dos trabalhos nos debruçamos sobre o resumo de cada um para verificar quais eram aqueles que tratavam de práticas educativas na escola. Foram encontrados dentre o conjunto de trabalhos várias pesquisas, de várias áreas, que abordaram desde coleções de livros, educação ensino superior, formação médica e de profissionais de saúde, até os movimentos sociais, mas apenas 7 trabalhos se enquadravam em nosso filtro de pesquisa: 1) Que abordassem práticas educativas

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.6305

antirracistas; 2) Que estivesse vinculada a escola; 3) Que tratasse da educação básica. Após a leitura dos resumos, os trabalhos foram baixados na íntegra e lidos em sua totalidade. Com vistas a delimitar o campo de localização das obras reforçamos que a plataforma foi consultada no dia 16/04/2023.

Tabela 1: Lista de artigos selecionados.

Título do Trabalho	**Posição no levantamento**	**Ano**	**Revista**
O uso de Blackface como prática pedagógica nos anos iniciais da educação Básica	3°	2022	Trabalho, Linguagem e Aplicação
Educação Para as Relações Étnico-raciais: um ensaio sobre alteridades subalternizadas nas ciências físicas	7°	2022	Ensaio – Revista de Ciências
Juventude negra, Ensino Médio e democracia: a luta pela escola	15°	2020	Educação em Revista
Infância, Identidade Étnica e Conhecimentos de Matriz Africana na Escola	18°	2019	Educação e Realidade
Questões Raciais para Crianças: resistência e denúncia do não dito	19°	2019	Educação e Realidade
Entendendo raça e racismo: por uma educação racialmente crítica e antirracista	23°	2012	Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos
Pedagogia Decolonial e Educação Antirracista e Interculturalismo no Brasil	24°	2010	Educação em Revista

Fonte: Os autores.

Estabelecido esse filtro inicial, passamos a leitura dos trabalhos na íntegra, em diálogo com as produções teóricas e os conceitos mais estruturalmente delimitados, com o foco em analisar o material angariado. As análises dos artigos pesquisados compõem os tópicos subsequentes do presente trabalho de conclusão de curso.

SOBRE UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: A NECESSÁRIA APROPRIAÇÃO DOS CONCEITOS

Ao trazermos à baila um debate que abarca a educação e práticas educacionais antirracistas na escola esperamos conseguir investir a discussão da devida importância que lhe cabe, superar generalizações e visões deturpadas, muitas vezes, propagadas dentro da própria escola. Nesse contexto, a busca por uma prática educativa cada vez mais qualificada, pautada em elementos teóricos e práticos, que esteja para além de mobilizações sazonais e em datas comemorativas, que se torne reconhecida como elemento importante na estrutura curricular e que envolva docentes e estudantes da escola, implica necessariamente o domínio efetivo de conceitos centrais. Por mais que as boas intenções e o entusiasmo sejam uma marca das escolas de educação básica, somente isso não basta se quisermos fazer um debate qualificado e eficiente, que reverbere em outras instâncias e sujeitos.

A imagem histórica e socialmente construída sobre o Brasil, e propagada pelo mundo, nos diz de um país pacífico, de pessoas amáveis, marcadas pela felicidade, pela irreverência, pela beleza das mulheres, pelo carnaval (DAMATTA, 1986). Essa realidade pintada pelo senso comum tem servido, há muito tempo, para disfarçar realidades outras, marcadas não só por um histórico de diferenças sociais, culturais e econômicas, mas também étnicas, que atravessam a tensão histórica da luta de classes, mas

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.6305

que se inscrevem em representações e construções do Outro consolidadas a partir da etnia, apesar da classe social, portanto (COSTA, 2002).

Essa sociedade do jeitinho, do homem cordial (HOLANDA, 1995) e subserviente aos ricos, do "você sabe com quem está falando?", do suborno ao guarda, do "furar fila", está alicerçada em coerções muito bem engendradas com o intuito de manter a "ordem social". A posição de subserviência à elite permite a alguns pobres usufruir de privilégios advindos de relações de compadrio, usufruir de uma certa "proteção" dos poderosos.

Essa imagem da relação harmoniosa entre poderosos e populares projeta a falsa imagem de sermos um país onde a igualdade nasce da mistura. Historicamente lidamos com esse sofisma de que somos todos iguais, por sermos miscigenados. Há que se ressaltar que tal realidade, da miscigenação, não se trata de uma concessão, de um branco europeu benevolente, que mesmo sendo mais desenvolvido, aceitou se misturar com o negro africano e o indígena nativo, povos inferiores.

Em verdade, tal processo é a marca de uma violência historicamente empreendida, com estupros de mulheres negras e indígenas e uma posterior tentativa de depurar a raça por meio da vinda de europeus pobres para o trabalho no campo após o fim da escravidão. A atual conjuntura, caracterizada pela existência de uma identidade racializada é a marca da luta de um coletivo de pessoas na busca para se constituírem como sujeitos em uma sociedade racialmente antagônica. São sujeitos que lutam por serem enxergados pela sociedade em sua humanidade, demandas e necessidades, bem como em sua herança e importância cultural (MUNANGA; GOMES, 2016).

Um movimento necessário se quisermos mudar essa realidade, e que pode causar desconforto em algumas pessoas, é constatarmos que estamos inseridos em uma sociedade eminentemente racista, e só por isso há que se pensar uma educação antirracista, do contrário ela seria desnecessária. Todavia, a realidade social brasileira nos revela discursos do senso comum que por vezes se mostram paradoxais, para não dizer peremptoriamente opostos (LOPES, 2007). Recorrentemente ao vermos pessoas tratarem do tema, seja na escola, na mídia, ou mesmo em nossas famílias, percebemos a emergência de um discurso falacioso que diz que no Brasil não tem racismo porque somos todos uma mistura de raças. Diante dessa realidade, Nei Lopes (2007), nos aponta as potencialidades do ambiente familiar como sendo lugar profícuo para rompermos as amarras do racismo e promovermos a formação de uma nova geração mais afeita ao reconhecimento das diversidades e da igualdade como virtude.

Uma segunda situação, também não incomum, é de pessoas dizerem que existe racismo no Brasil, mas quando perguntamos ninguém se reconhece como racista, raras são as pessoas que se colocam como tal. Seria algo no mínimo inusitado, a existência de um país racista, mas que não tem racistas (SILVA, 2020; NUNES, 2014). Tratar do racismo implica entendermos os mecanismos historicamente engendrados em uma sociedade que viveu mais de 400 anos de escravidão e que não passaria incólume por isso.

A realidade brasileira é diametralmente oposta a imagem do senso comum, de uma sociedade harmônica que, mesmo apesar dos anos de escravidão, manteve a igualdade de todos pela "benevolência" do branco (FREYRE, 2001), que se dispôs a se misturar aos negros africanos e indígenas para criar a miscigenação que nos é tão característica. Essa falsa igualdade com base na miscigenação nos remete ao que podemos chamar de mito da democracia racial. Em relação ao discurso do mito da democracia racial Martins (2012) nos diz que:

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.6305

> Esse discurso é marcado por uma representação deturpada da realidade e que, de tão repetidamente veiculada na instância social, acabou por se tornar uma verdade, um sofisma maquiavelicamente construído. Isso é o que podemos chamar de mito da democracia racial, compreendido como uma corrente ideológica que, ao negar a desigualdade racial entre negros e brancos acaba negando a discriminação racial no país e perpetuando estereótipos preconceituosos em relação aos negros. Diante da existência perene desse mito surge também no discurso social a negativa da existência do racismo e do preconceito no país (MARTINS, 2012, p. 178).

Esse discurso disfarça uma realidade social escancarada como nos mostram os dados do IBGE (2022) ao apontar que a porcentagem de pobres entre os sujeitos brancos é de 18,6%, já entre os negros, que congregam os Pretos (34,5%) e pardos (38,4%), somados perfazem 72,9 %. O quantitativo de negros pobres é quase 3,91 vezes maior que o de brancos. Tais números nos dizem que a cor da pele incide diretamente nas condições de vida e sobrevivência dos sujeitos, e indica um corte étnico na estrutura de distinção social.

No mesmo caminho de desconstrução da falsa igualdade propalada pelo discurso social, é também falsa a ideia de o Brasil ser um país pacífico. Dizemos isso por sabermos o quanto a violência tem assolado as classes pobres, portanto, majoritariamente negra, somente pelo fato de morarem em favelas e aglomerados, inclusive, de maneira destacada, a violência institucional das forças coercitivas do Estado. Os dados apresentados pelo Atlas da Violência (CERQUEIRA, 2021) esgarçam as estruturas de uma sociedade racistas e explicitam de maneira contundente esse mecanismo por meio da violência vivida pelos sujeitos negros brasileiros. Em um período de dez anos, entre os anos de 2008 e 2018, houve um aumento de 11,5% na taxa de homicídios e mortes violentas entre os negros e uma diminuição de 12,9% entre os não negros. Cerca de 75,7% das vítimas de mortes violentas no país são pessoas negras (CERQUEIRA, 2021).

Diante de uma realidade atroz como a anteriormente apresentada, uma educação de caráter antirracista se faz ainda mais pertinente e, para isso, partimos da necessidade de entendermos os conceitos que nos servem de escudo na luta por uma sociedade mais igualitária e antirracista. Para tal partiremos inicialmente do conceito de raça, passaremos por outros conceitos como, preconceito e discriminação racial, e culminaremos com a tentativa de sistematizar o racismo em suas várias lógicas dissipadas nas menores fissuras da estrutura social e no seu funcionamento.

O caminho na senda da discussão racial nos cobra um primeiro movimento de caráter compulsório, qual seja, o de fazermos a distinção da raça como uma questão biológica e a raça como uma categoria sociológica. Os biólogos vão dizer que não podemos falar de raças, no plural, quando tratamos da humanidade por considerarem como existente apenas uma única raça. Esse discurso, que toma como base a dimensão biológica para dizer que somos todos iguais por sermos humanos é de grande utilidade como mecanismo de invisibilização do racismo (PENA; BIRCHAL, 2006).

Tal conceito, de raça humana, com os suportes das ciências biológicas, não nos ajuda a analisar e entender os elementos da realidade social. Em face do exposto, quando tratamos da raça em um debate de caráter étnico-racial estamos tratando da raça em sua perspectiva identitária, de construção histórica de um determinado grupo, de seu legado ancestral, de sua dimensão como experiência demarcatória de existência de um "eu" que se difere do "outro", e que por isso é singular e deve ser respeitado em suas singularidades. A raça, em seu aspecto biológico, serviu historicamente como

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.6305

subterfúgio para justificar a submissão de determinados povos sobre outros, inclusive em nosso próprio país e com o aval de médicos (RODRIGUES, 2008).

Um processo de hierarquização, eurocêntrico, com base nas diferenças culturais e que vai tornar natural a violência, por exemplo, do branco europeu para com os negros africanos. A desconstrução de imagens estereotipadas tão perenes implica mobilização e luta. Romper com a visão errônea do continente africano como sendo menor, sem cultura, de povos pobres e violentos, é algo central em uma educação antirracista (MARTINS, 2012)

Nesse sentido, mobilizamos a discussão da raça em sua dimensão sociológica, estamos dizendo que a reconhecemos como resultado de um processo de luta histórica do movimento negro (CARDOSO, 2002; GOMES, 2017). Nesse mesmo contexto, faz-se necessária a distinção da cor e da raça. Quando tratamos da cor isso implica em reconhecermos da existência de pessoas pretas e pardas, contudo, em relação à raça sociologicamente falando, são agregados pretos e pardos e tratamos como negros. Isso funciona como ferramenta de luta pelos direitos de sujeitos que foram alijados historicamente no país pela sua condição racial.

Vencida essa barreira em relação à raça, passemos a discutir o que entendemos por preconceito e logo em seguida o que seria o preconceito racial. Se tomarmos como ponto de partida um dicionário da língua portuguesa, encontraremos que o preconceito seria o estabelecimento de um conceito prévio, sobre algo ou alguém, sem a devida verificação dos fatos ou condição de análise mais detida (FERNANDES et. al., 1993). Em vista disso, podemos dizer que o preconceito racial ocorre quando há a construção de representações prévias, via de regra, depreciativas e de subjugo do outro, com base em questões de ordem racial, sejam fenotípicas ou culturais (GUIMARÃES, 2008). Tais efeitos podem ser percebidos quando ouvimos, por exemplo, "anedotas", como as que dizem que um serviço ruim é um "serviço de preto", que o "preto quando não caga na entrada, caga na saída" em situações de erro ou equívoco. O que ainda é visto por algumas pessoas como "uma brincadeira" é a materialização de situações de preconceito racial e devem ser combatidas por quem se implica em buscar uma sociedade antirracista.

Outrossim, passamos a questões que implicam a discriminação e a discriminação racial. Retomando o dicionário encontramos que a discriminação envolve uma prática ou ação que seja empreendida com o intuito de promover a distinção ou diferenciação de um sujeito (FERNANDES et. al., 1993). Com base na situação em tela, há que se destacar que a discriminação em si, não é algo ruim, por excelência, por exemplo, as ações afirmativas de cotas para negros nas universidades são uma forma de discriminar determinados sujeitos de maneira positiva (JESUS, 2021). Em contrapartida, discriminação racial é uma forma explícita de manifestação preconceituosa e racista quanto, por exemplo, em um anúncio de emprego pede pessoas de "boa aparência" e isso serve como mecanismo de privilégio de uma pessoa branca em detrimento de outra negra. O que nos leva a colocar em discussão a existência de privilégios para as pessoas brancas em nossa sociedade, por mais que não sejam percebidos na devida forma por um grande contingente de pessoas.

Ao partirmos da discussão de raça, nos propusemos a fazer o fechamento desse tópico com a sistematização do que entendemos por racismo e para isso perpassamos várias situações e recortes sociais, que nos deixam, minimamente, seguros do que vamos tratar. O apanhado geral do que apontamos anteriormente revela a existência de um racismo brasileiro de ordem estrutural e para isso nos ancoramos nas reflexões de Silvio Almeida (2020) em sua obra Racismo Estrutural. O autor nos aponta que trata-se

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.6305

de algo muito maior e complexo que xingamentos ou manifestações discursivas de ódio a uma determinada raça.

Pensar o racismo estrutural brasileiro implica em problematizar práticas que se embrenham pelas mais estreitas fissuras da estrutura social e que reverberam na existência de um coletivo de pessoas que tem menor acesso à educação, menores salários, maiores chances de serem violentados pelo estado, maior público encarcerado por crimes de menor gravidade, isso tudo pela sua condição racial e étnica. Uma realidade que nos atropela cotidianamente e que a alienação social se incumbe de invisibilizar.

Quando somos colocados diante do termo racismo, não raro, nos remetermos a experiências como as ocorridas nos Estados Unidos e na África do Sul. Embora tais experiências sejam de vital importância para o debate do racismo, em relação a realidade brasileira, podem reverberar em um olhar turvo, que nos dificulte a enxergar as várias nuances que o racismo pode assumir. As experiências racistas estadunidenses e sul-africanas são marcadas pela sua condição primaz da materialização de uma violência institucionalizada, legalizada, de guetificação e segregação do negro. Tomarmos tais experiências como parâmetro para discutir e analisar as especificidades brasileiras pode nos induzir a reproduzir o mito da democracia racial e pensar um racismo de menor intensidade ou menos violento.

Uma discussão com o foco no racismo brasileiro tem como condição *sine qua non* o entendimento de ser esse um mecanismo entranhado na estrutura social. Dizer que o racismo é estrutural implica em compreendermos sua penetração na ordem e no funcionamento social e suas mais diversas formas de manifestação. Desde o imaginário social do que é culturalmente relevante ou não, perpassando a economia, a estética, a sobrevivência e a segurança de sujeitos negros/as. Discutir o racismo no Brasil e entender que o fato de ser algo estrutural o faz também estruturante. Dito em outras palavras, o racismo serve de força que retroalimenta a perenidade da sociedade racista. Em um círculo vicioso (ALMEIDA, 2020), que só pode ser combatido com luta e mobilização coletiva alicerçadas em uma educação antirracista.

Reconhecer a existência do racismo estrutural é um movimento que urge se tivermos como horizonte à busca por uma sociedade melhor no futuro, mais igualitária, menos violenta e principalmente se tivermos na educação a força motriz para tal mudança.

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS ARTIGOS SELECIONADOS

As potencialidades e obstáculos da prática

Nesse tópico abordaremos os trabalhos encontrados em nossa pesquisa bibliográfica. Como nossa pesquisa fez uso de dados de uma plataforma muito dinâmica, o Scielo, que a todo instante publica trabalhos, de maneira ininterrupta, estabelecemos uma forma de situá-la cronologicamente, estabelecendo como delimitador analisarmos os trabalhos decorrentes de uma pesquisa feita no dia 16/04/2023. Tal procedimento tem como foco delimitar o montante dos dados de pesquisa, uma vez que a cada dia uma nova consulta poderia encontrar novos trabalhos, o que

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.6305

nos colocaria diante de um complexo de Sísifo[3]. Assim sendo, nossa pesquisa a partir de um filtro estabelecido pela palavra-chave "Educação Antirracista", no respectivo dia, encontramos 24 trabalhos disponíveis, dos quais 7 se enquadravam por abordarem práticas educativas.

O primeiro trabalho, de título "O uso de *Blackface*[4] como prática pedagógica nos anos iniciais da Educação Básica" (2022), foi publicado por Andressa Silva, Flávia Rodrigues e Wálisson Martins, na Revista Trabalho, Linguagem e Educação. Segundo os pesquisadores a prática de *blackface* remonta os Estados Unidos em meados do século XIX e servia como forma de caracterizar atores brancos que fossem representar negros escravizados, isso porque aos negros era negada tal possibilidade por serem considerados inferiores, menos capazes. No Brasil, tal prática foi também utilizada já no século XX no cinema. Os personagens negros eram apresentados de forma caricatural, como malandro, avesso ao trabalho. Em contraposição a isso emerge o TEN (Teatro Experimental do Negro) que se materializa como ferramenta de luta contra o racismo (SILVA; ROCHA; MARTINS, 2022). Essa retomada histórica serve como forma de repensar tal atitude historicamente, bem como problematizarmos sua manifestação na sociedade contemporânea, principalmente nas escolas, tendo em vista sua vertente racista e preconceituosa.

Em se tratando do campo de pesquisa, o trabalho aborda o uso de pinturas faciais de crianças em escolas do Estado do Acre, um universo de 39 escolas foi investigado. A partir de uma pergunta inicial, "A escola já utilizou o *blackface* para trabalhar as temáticas voltadas para a educação das relações étnico-raciais?", foram estabelecidos sujeitos para responderem os elementos qualitativos. Os números disseram de 63% de instituições que nunca usaram *blackface*, porém um quantitativo de 13% afirmou que já usaram. Apesar de poder parecer um quantitativo pequeno, tais dados sinalizam o quanto ainda existem nas escolas docentes que não compreendem as repercussões deletérias de tal ação.

Em se tratando de uma prática que ainda pode ser encontrada em algumas escolas, por exemplos em estudantes que participam de peças teatrais que retratam a história do país e apresentam pessoas escravizadas ou mesmo em bailes e festas à fantasia, a *blackface* é uma manifestação explicitamente racista. Apesar de as pessoas que usaram tal prática dizerem que o intuito é o de dar ênfase a tais raças e etnias, os pesquisadores apontam em seu artigo o quanto essa ação pode ser prejudicial a busca por uma prática educativa de caráter antirracista. Em contrapartida, a busca seria por caminhos que sirvam como forma de

> positivar a história e cultura negras para romper com a representação desse grupo como seres que são frequentemente associados à escravidão, ou à condição de "naturalmente escravos", a fim de construir uma representação positiva para esses seres que devem ser marcados por seus valores, visto que são produtores de histórias e culturas (SILVA; ROCHA; MARTINS, 2022, p. 149).

[3] Na mitologia grega Sísifo foi um mortal condenado a rolar, por toda a eternidade, uma grande pedra de mármore para o alto de uma montanha e ao chegar ao cume a mesma pedra rolava de volta para a base, o que tornava-se seu trabalho, e consequentemente, seu castigo, algo interminável.

[4] Uma prática de pintura da pele como forma de reproduzir as condições existenciais de sujeitos pertencentes a determinadas raças e etnias, mas que em lugar de valorizá-las serviu historicamente como forma de ridicularizar e diminuir suas singularidades.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.6305

Portanto, por mais banal que possa parecer a simples abolição de tais práticas na escola, isso já seria um passo importante para reflexões coletivas de docentes e estudantes.

O segundo trabalho analisado, de título "Educação Para as Relações Étnico-raciais: um ensaio sobre alteridades subalternizadas nas ciências físicas" (2022), foi publicado por Alan Alves-Brito e Kaleb Ribeiro Alho; em uma revista de ciências, de nome Ensaio. O trabalho se destaca pelo debate proposto ao colocar em discussão as questões étnico-raciais e a educação antirracista a partir de uma perspectiva da disciplina de ciências, segundo os autores, áreas que colocam tal discussão à margem de seus debates. (ALVES-BRITO; ALHO, 2022).

Os pesquisadores partem de uma discussão de desenvolvimento e progresso com o foco nas ciências a partir de matrizes negras e indígenas em contraste com as ciências físicas, modernas. Um processo caracterizado como sendo de oposição entre a tradição e a modernidade. Nesse contexto, uma questão emerge de maneira destacada, os conflitos que se materializam em forma de disputa política-territorial, em função da ocupação de terras indígenas por pesquisadores para desenvolvimento de seus experimentos. Essa realidade, inicialmente nos levou a questionar o uso de tal trabalho, contudo ao ler o trabalho na íntegra vimos que ele aborda a discussão da territorialidade em escolas indígenas. Ao abordarem a questão territorial os pesquisadores relacionam diretamente à concepção de ciência empreendida e suas potencialidades no chão da escola, de acordo com Alves-Brito e Alho:

> Como poderão estudantes negras, negros e indígenas se sentirem parte do processo de construção das ciências se os seus saberes e fazeres (ciências ancestrais) são negados paulatinamente nos processos formais (e não formais) de educação e da cultura científica? É preciso avançar, de forma que os conflitos étnico-raciais abordados no presente texto ofereçam oportunidades diversas de interpelações de temas e questões relacionados à Astronomia, à Física, à Geografia, à Tecnologia e ao Desenvolvimento (ALVES-BRITO; ALHO, 2022, p. 14).

Em linhas gerais, podemos perceber o quanto o respeito e reconhecimento do conhecimento e do saber do outro tem a potencialidade de o fazer se sentir pertencente a uma sociedade.

O terceiro trabalho, de título "Juventude negra, Ensino Médio e democracia: a luta pela escola" (2020), foi publicado por Luciano Corsino e Zan, em uma revista de nome Educação em Revista. O trabalho decorre de uma pesquisa de doutorado em educação desenvolvido na UNICAMP (Universidade de Campinas). A pesquisa abordou as ocupações das escolas públicas paulistas no ano de 2015 com o foco na atuação de jovens mulheres negras na organização e manutenção de tal movimento. Em se tratando do movimento das ocupações, esse pode nos servir como diagnóstico de uma insatisfação das juventudes em relação a escola. Trata-se de evento emblemático e que marcou uma onda de ações coletivas que se espalhou pelo país inteiro. O evento que serviu como ponto de ignição foi uma ação arbitrária do governo paulista, que em setembro de 2015 anunciou, sem qualquer debate ou discussão, a transferência de um milhão de estudantes, que sairiam de suas escolas e iriam para outras escolas que teriam uma outra forma de organização (CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, 2016). Diante da importância de tal evento o artigo analisado traz contribuições importantes para o presente trabalho.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.6305

Em aspectos gerais, o trabalho (CORSINO; ZAN, 2020) abordou os elementos de práticas educativas de uma professora de Sociologia que reverberaram em um debate rico e reflexões discentes, bem como implicou na emergência de ações estudantis na escola com o foco nas questões de raciais e de gênero. Dentre outros aspectos, destacou-se no trabalho o fato de a professora de Sociologia ser marcada pelo seu envolvimento e debate das questões raciais e de gênero, bem como o fato de não fazer com que tais temáticas fossem trabalhadas de maneira sazonal na escola, mas durante todo o ano letivo. O que, em grande medida, serviu como fator de envolvimento e mobilização do coletivo de estudantes.

O cenário pesquisado apresentou uma atuação docente na qual o coletivo de profissionais tinha um envolvimento menos engajado ou atuante; apenas três professores/as foram sinalizados como responsabilizados por tais debates. O que nos remete a uma importância grande do envolvimento em ações de natureza racial e de gênero. Dentre várias ações abordadas, damos destaque para o uso de filmes como ferramentas pedagógicas e como elemento capaz de proporcionar e fomentar debates na escola. O que nos remete à necessidade de professores/as estarem abertos ao uso de tecnologias variadas. Em relação às estudantes negras a notoriedade do processo se deu pelo seu caráter identitário e de reconhecimento como sujeitas sociais de luta pela garantia e efetivação de direitos (CORSINO; ZAN, 2020).

O quarto trabalho, de título "Infância, Identidade Étnica e Conhecimentos de Matriz Africana na Escola" (2019), foi publicado por Luciene Rezende Alcanfor e Jorge Garcia Basso, na Revista Educação e Realidade. Trata-se de um trabalho com o foco na análise da produção literária infantil e juvenil do escritor Reginaldo Prandi, que aborda a mitologia iorubá e a cultura iorubá-descendente no Brasil. Apesar de tratar da análise de obras literárias o trabalho se manteve no conjunto de artigos analisados por sistematizar práticas educativas com potencialidades de serem usadas na escola. Assim sendo, nosso o foco de análise foram a propostas educativas e pedagógicas.

Como ponto de partida destacamos a virtude do trabalho ao desconstruir equívocos recorrentes nas escolas quanto as leis 10.639 e 11.645 como sendo de responsabilidade das disciplinas de História, Artes e Literatura. Entendemos que apesar de terem se passados duas décadas da promulgação da primeira lei esse movimento de rediscutir as leis deve ser diuturno nas escolas se essas tiverem como foco uma educação antirracista. Em se tratando das potencialidades, os autores ressaltam que o uso de tal literatura, para além de uma ampliação de conhecimentos e a construção de uma formação identitária por parte dos estudantes, implica também a subversão de uma concepção eurocêntrica do que é culturalmente relevante e coloca na arena pública formas outras que nos dizem de uma riqueza cultural marcada pela diversidade (ALCANFOR; BASSO, 2019). Como se não bastasse o movimento de reflexão identitária, problematizar o conceito de cultura é uma maneira muito importante de problematizar a própria realidade social.

O quinto trabalho analisado, de título "Questões Raciais para Crianças: resistência e denúncia do não dito" (2019), foi publicado por Flávia Motta e Claudemir de Paula, e também aparece na Revista Educação e Realidade. A pesquisa foi realizada em uma creche em uma instituição federal no Rio de Janeiro e tratou dos efeitos de uma educação antirracista na subjetividade das crianças. As inquietações que motivaram o trabalho partiram de um experimento social feito nos Estados Unidos com crianças negras que teriam que apontam entre bonecas brancas e negras quais eram as melhores, a maioria as crianças escolhiam as bonecas brancas, mas quando tinham que manifestar qual a boneca a representava apontavam a negra. De acordo com Motta e Paula (2019):

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.6305

> Estes testes foram aplicados em diversas regiões dos Estados Unidos, e o resultado comprovou que a maioria preferia as bonecas brancas e rejeitava as bonecas pretas. A beleza e a bondade eram atributos dos brancos, a maldade e a feiura, dos negros. Em todos os casos, as crianças associaram os adjetivos bons à boneca branca, e os ruins, à negra – inclusive, os meninos e as meninas que se consideravam parecidos com a boneca negra. O estudo mostrou, dessa forma, o impacto negativo do racismo entre crianças norte-americanas e o efeito que ele provoca sobre a autoestima dessas crianças (MOTTA; PAULA, 2019, p. 2).

Em se tratando da realidade brasileira os autores apontam resultados similares, mas destacam a emergência de uma situação *sui generis* na qual uma menina negra escolheu a boneca negra e afirmou que era mais bonita. Diante dessa situação, nasciam as inquietações e o interesse de saber quais ações teriam feito a diferença a ponto de fortalecer o reconhecimento da menina negra como sendo bela. Os autores constatam a importância da discussão das identidades como construção e partem de uma concepção de valores sociais em disputas na arena social na qual os sujeitos se encontram inseridos. Em relação a realidade da instituição, o trabalho aponta que a creche é marcada pela prevalência de estudantes brancos, tal fator apontado como decorrente de a mesma atender a filhos de funcionários públicos federais e dentre esse nicho haver uma prevalência também de pessoas brancas. As pessoas negras se encontravam como funcionários e em sua maioria em funções subalternas, como auxiliares de faxina. Tal realidade decorre também de um processo de terceirização de funções consideradas de apoio a partir dos anos 1990 (MOTTA; PAULA, 2019).

Caminhando para as questões pedagógicas, assim como o trabalho analisado anteriormente (ALCANFOR; BASSO, 2019), o artigo analisado destaca a atuação do docente e seu engajamento como fatores que implicam diretamente do sucesso e êxito das práticas antirracistas. O que agrega ainda um elemento chave que é o carinho e o contato de professores/as negros/as com as crianças, que na educação infantil é fator de percepção direta pelos educandos. Discussões e tensionamentos quanto a realidade de negros e brancos no país são recorrentes e não como algo negativo, mas pela sua virtude de enriquecer e tornar a discussão algo cotidiano. Os/As docentes negros/as servem como parâmetro para identificação positiva, inclusive quanto trataram, por exemplo do cabelo. Segundo Motta e Paula:

> Chama atenção que, das 17 crianças indagadas, todas se autodefiniram com relação à cor e referências ao tipo ou cor de cabelo. Fica evidente, diante disso, a importância de se tratar explicitamente destas questões, como forma de garantir acesso a mediação de um adulto responsável que aborde essa temática dentro de um fazer ético e responsável para propiciar que uma perspectiva não racista entre em diálogo/ confronto com os enunciados racistas ainda muito presentes em nosso cotidiano (MOTTA; PAULA, 2019, p. 15).

Tais sinalizações nos apontam como ações que, por menores que possam parecer, podem repercutir de maneira rica no cotidiano das escolas e de seus sujeitos. Tais foram as constatações do trabalho.

O sexto trabalho, de título "Entendendo raça e racismo: por uma educação racialmente crítica e antirracista" (2012), foi publicado por Ronaldo Glass na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Partindo de uma discussão conceitual e histórica robusta o autor parte de um intuito prático de repercutir nas escolas discussões antirracistas que sirvam como força motriz para mudanças na dinâmica social e na luta contra o racismo.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.6305

Em relação a educação antirracista, o trabalho aponta vários elementos, dentre eles: A ampliação da compreensão dos espaços e práticas educativas, bem como a valorização de manifestações de ações culturalmente singulares; O comprometimento político da educação e dos sujeitos nela inseridos com uma atuação política e de caráter de luta e intervenção na sociedade; A formação de docentes como ferramenta potente e capaz de fomentar ações conceitualmente alicerçadas e ricas pela dimensão prática; Bem como a ruptura com o senso comum a práticas ainda pautadas em reprodução do racismo estrutural de nossas sociedade (GLASS, 2012).

O sétimo trabalho analisado, de título "Pedagogia Decolonial e Educação Antirracista e Interculturalismo no Brasil" (201o), foi publicado por Luiz Fernandes de Oliveira e Vera Maria Ferrão Candau, em uma revista de nome Educação em Revista. Trata-se do trabalho mais antigo que apareceu na pesquisa e que se destaca pela quantidade de citações, de acordo com o Scielo no referido dia da pesquisa, cerca de 550 citações. Apesar de trazer em seu escopo os dados de uma pesquisa ampla, que envolveu a América Latina, mantivemos a análise do mesmo pelo seu foco e a sua pretensão em contribuir para a educação étnico-racial no Brasil. Pelo contexto de desenvolvimento da pesquisa 2006 e da escrita do trabalho 2010 percebemos o quanto a dimensão da luta por uma educação antirracista e decolonial se manifestou como luta efervescente. O debate em torno da educação e das epistemologias e as produções intelectuais nos deram sinal de um campo de luta que se estabelecia e se fortificava, o que pode ser, em alguma medida, percebidos por nós pelas contribuições dos trabalhos anteriores e suas constatações quanto as práticas educativas antirracistas. Tal trabalho se destaca pelo seu caráter de suporte conceitual para trabalhos vindouros.

Os artigos encontrados na pesquisa bibliográfica proposta, sugerem alguns elementos que nos parecem ser passiveis de apontamento: Em relação as práticas educativas, há que ter como foco uma discussão e fomento constante se a proposta for de lutar por uma educação antirracista em sua essência, bem como, entender que o racismo estrutural da sociedade brasileira, apesar de sua existência atroz, não impede a ocorrência de experiências formativas ampliadas e mais humanas.

ANÁLISE DAS POTENCIALIDADES E ENFRENTAMENTOS

Por se tratar de uma pesquisa sociológica de caráter bibliográfico e teve como espectro de análise apenas 7 trabalhos, sabemos que não podermos fazer apontamento de ordem geral, por exemplo, que aponte as práticas antirracistas como sendo a regra nas escolas brasileiras, contudo, qualitativamente, o material encontrado nos permite dizer que entre as práticas analisadas há grandes potencialidades formativas dos sujeitos envolvidos. Nesse tópico nos debruçaremos sobre os elementos que ao nosso foram de maior relevância.

Nos trabalhos analisados algo incontestável é a importância dos/das docentes no processo formativo dos estudantes, com maior destaque para aqueles que abordam e se engajam nos debates que envolvem a realidade social e os elementos do racismo na sociedade brasileira (ALCANFOR; BASSO, 2019; MOTTA; PAULA, 2019). Esse fato nos serve para dar maior compreensão da responsabilidade quanto ao nosso fazer profissional e suas repercussões na educação e na realidade social, por consequência. Aqui mobilizamos as contribuições de Paulo Freire ao reforçar a dimensão política do ato educativo, bem como as implicações de um profissional que

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.6305

se dispõe a uma pedagogia de formação crítica dos sujeitos. Trata-se de um processo de disputa, no chão da própria escola, mas que não pode servir como entrave para quem busca uma sociedade mais igualitária e mais humanizada.

Nesse mesmo sentido, de importância dos docentes, trazemos para o debate a discussão em torno do processo formativo de professores, sejam Pedagogos/as ou quaisquer outros/as que fizeram suas licenciaturas. A formação nos cursos de graduação, apesar dos avanços vários, ainda merecem um olhar cuidadoso de quem pensa os currículos, quando tratamos das questões étnico-raciais. A despeito de reconhecermos a importância de formações em níveis de especialização, mestrado e doutorado, não podemos perder de vista a importância de quem se gradua, de quem se forma recentemente. Afinal, conforme nos aponta Miguel Arroyo (2011), não nos tornamos professores/as ao formar, o diploma, em lugar de objeto de conclusão, deveria ser visto pelos profissionais da educação como o bilhete de passagem para uma viagem eterna de um profissional que não pode abrir mão de novos conhecimentos e experiências.

Ainda caminhando na análise das potencialidades, nos focamos agora nas questões identitárias, seja dos/das professores/das ou dos/das estudantes. Esse debate, que vemos como sendo de vital importância, nos permite vislumbrar caminhos profícuos. Quanto a identidade dos estudantes esposamos as reflexões de Arroyo (2012) quando o autor no ensina sobre um processo de humanização de nossos alunos, reconhecendo-os em suas singularidades como sujeitos sociais e suas riquezas experienciais. Uma educação antirracista implica enxergarmos outros sujeitos e que demandam de nós outra práticas pedagógicas, que não as tradicionais. O reconhecimento do outro reverbera no reconhecimento racial de si mesmo, assim como nos artigos pesquisados, o fato de um professor ou professora se reconhecer como negro, teve repercussão direta no êxito das experiências educativas empreendidas, bem como na construção identitária dos estudantes que se identificavam com seus professores/as.

Esse movimento de construção e exercício de outras pedagogias cobra de nós docentes a construção de uma forte identidade coletiva, profissional, que nos faça reconhecer não apenas a importância de nosso fazer profissional para a escola, mas para a sociedade (FREIRE, 1997). Assim sendo, temos que exercer nossa capacidade de revolta pedagógica e social ativa contra alguns cânones naturalizados e historicamente estabelecidos e nos colocarmos na arena educacional como um campo de luta política (FREIRE, 2020). E o que entendemos como lutar politicamente quando estamos aqui tratando de uma educação antirracista?

Ao fim e ao cabo, após uma pesquisa teórico/conceitual e bibliográfica, em diálogo com importantes produções acadêmicas na área, nos aventuraremos a apontar nosso entendimento, sem a mínima intenção de prescrever modos de se fazer, mas apontando caminhos possíveis a serem desbravados. Nos parece que a premissa de uma educação que tenha a pretensão de ser essencialmente antirracista deve partir de um movimento de ruptura com valores sociais eurocêntricos, que privilegiam uma minoria em detrimento de uma grande maioria que tem vários de seus direitos negados (MARTINS; FERREIRA, 2021). Com isso, estamos dizendo que um questionamento que reverbera na própria ordem social, no modo de produção capitalista, que pereniza o *status quo* que coloca as elites cada vez mais distanciadas das classes populares. Questionar a desigualdade social é também uma forma de expandir a discussão do racismo em nossa sociedade.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.6305

Nesse processo de rompimento com uma cultura hegemônica, há a necessidade de agregarmos em nossas práticas pedagógicas, práticas decoloniais, que sejam capazes que refletir sobre nossa história como sociedade colonizada por europeus, mas que também foi marcada pela riqueza da herança africana e indígena. Uma prática pedagógica antirracista implica também em romper com uma concepção de conhecimento eurocentrado e que coloca não apenas nós brasileiros, mas todos os povos que se encontram abaixo da linha do equador como sendo menos, menos capazes, menos civilizados (FANON, 2008).

Romper com o colonialismo nos remete a um outro entendimento do que é conhecimento é possível, que reconheça outras formas de conhecimento em sua devida importância como legado, como identidade e como força motriz para a luta antirracista (CÉSAIRE, 2020).Não se trata de queremos romantizar o processo, , mas sim de apontar a riqueza de usarmos tais contradições como elemento de formação crítica de nossos educandos dentro de um processo de construção de si mesmo e do outro como sujeito social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos parece no mínimo imprudente apontar conclusões cabais, fechadas em si mesmas, em concluirmos um trabalho dessa monta. Um trabalho nos moldes como esse se deu, por meio de uma pesquisa bibliográfica, nos coloca diante de suas próprias limitações, quanto ao tempo e o próprio nível de apropriação de dados. Entretanto, sem qualquer receio, acreditamos que trazemos apontamentos importantes, que agregadas a outras reflexões e pesquisas, podem dar maior robustez às discussões sobre a temática da educação antirracista.

Passemos então às considerações. Apesar de ser uma pesquisa bibliográfica e ter sido feita em uma única plataforma acadêmica, nossa pesquisa nos trouxe, inicialmente, elementos para apreensão de uma certa escassez de trabalhos, quando tratamos da educação antirracista e, especificamente, de sua prática e ocorrência na educação básica. Contudo, sabemos que pesquisas em outras plataformas podem nos dar maiores resultados, o que não deixa de ser importante de ser considerado, tendo em vista a importância do Scielo como plataforma acadêmica de maior incidência de consultas no país.

Todavia, o número relativamente baixo de trabalhos encontrados ao tratar da educação antirracista (24) e o número menor após o filtro da educação básica (7), não inviabilizou a análise de experiência marcadas pela sua riqueza. Tais análises nos permitem uma primeira constatação que nos parece vital, qual seja, a relação direta entre a potencialidade educativa da prática pedagógica antirracista de acordo com a identidade racializada do professor/a ou seu engajamento nas questões que implicam esse debate. Nos parece irrefutável o argumento de que para empreendermos uma educação antirracista temos que necessariamente implicar nossos corpos docentes, formá-los com o foco nesse debate e conscientizar nosso coletivo escolar que o racismo não é algo simples, mas que deve ser combatido incansavelmente.

Ainda caminhando nessa seara, pudemos constatar a potencialidade das práticas educativas antirracistas como força motriz de construção identitária, não apenas dos negros, mas de todos que estão inseridos em nossa sociedade, de valorização histórica de nosso passado, que ganha

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.6305

maior sentido se ocorrer desde a mais terra idade. Acreditamos que não há como estabelecer uma luta contra uma sociedade antirracista se não envolvermos diretamente os sujeitos brancos e a educação é uma forma estratégica.

Ao fecharmos nossas considerações, reforçamos que não se trata de sonhar com uma educação antirracista, mas de pensar sua construção como processo de luta. Temos a plena consciência dos conflitos e das dificuldades a serem transpostas, mas não se educa para uma sociedade mais humana parado no tempo. Assim sendo, lutemos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sérgio. *Racismo Estrutural*. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.

ARROYO, Miguel. *Ofício de mestre*. Petrópolis: Vozes, 2011.

ARROYO, M. *Outros sujeitos, outras pedagogias*. Petrópolis: Vozes, 2012.

CAMPOS, Antônia; MEDEIROS, Jonas; RIBEIRO, Mário. *Escolas em Luta*. São Paulo: Veneta, 2016.

CARDOSO, Marcos. *Movimento Negro*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2002.

CÉISAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. São Paulo: Veneta, 2020.

CERQUEIRA, Daniel. *Atlas da Violência*. São Paulo: FSBS, 2021.

COSTA, S. A construção sociológica da raça no Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos*, v. 24, n. 1, p. 35–61, 2002.

DAMATTA, Roberto. *O que faz o brasil, Brasil?*. Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

DAVIS, Ângela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo; 2016

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERNANDES, Francisco; LUFT, Celso Pedro; GUIMARÃES, Marques. *Dicionário Brasileiro*. São Paulo: Globo, 2003.

FREIRE, Paulo. *Professora sim, tia não*. São Paulo: Olho D'água, 1997.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Paulo. *Política e Educação*. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GAMBOA, Silvio. Tendências epistemológicas: dos tecnicismos e outros "ismos" aos paradigmas científicos. In. FILHO, José Camilo dos Santos; GAMBOA, Silvio (orgs.). *Pesquisa Educacional: quantidade e qualidade*. São Paulo: Cortez, 2009.

GOMES, Nilma Lino. *Movimento Negro Educador*. Petrópolis: Vozes, 2017.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio. *Preconceito Racial: modos, temas e tempos*. São Paulo: Cortez,2008.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.6305

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Brasileiro 2021*. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

JESUS, Rodrigo Edinilson. *Quem quer (pode) ser negro no Brasil?* Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

LOPES, Nei. *O Racismo explicado aos meus filhos*. Rio de Janeiro: Agir, 2007.

MARTINS, Francisco André Silva. É possível construir um outro continente africano na escola? *Revista ABPN*, v. 4, n. 8, jul-out 2012. p. 170-191.

MARTINS, Francisco André Silva; FERREIRA, Caetano Bonfim. A História dos povos africanos e as questões históricas e raciais na Educação Básica. *Revista em Favor da Igualdade Racial***,** Rio Branco, v. 4, n. 3, set-dez 2021. p. 75-88.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. *O negro no Brasil de hoje*. São Paulo: Global Editora, 2016.

NUNES, Sylvia da Silveira. Racismo contra negros: sutileza e persistência. *Rev. psicol. polít.*, São Paulo , v. 14, n. 29, p. 101-121, abr. 2014 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2014000100008&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 02 jun. 2023.

OLIVEIRA, Pérsio Santos de. *Introdução à Sociologia*. São Paulo: Editora Ática, 1995.

PENA, Sérgio; BIRCHAL, Telma. A inexistência biológica versus a existência social de raças humanas. *Revista USP***,** São Paulo, n. 68, dez 2006. p. 10-23.

RODRIGUES, Nina. *Os africanos no Brasil*. São Paulo: Madras, 2008.

SELL, Carlos Eduardo. *Sociologia Clássica*. Petrópolis: Vozes, 2015.

SILVA, Eduardo Bonilla. *Racismo sem racistas*. São Paulo: Perspectiva, 2020.

SOUZA, João Valdir de. *Introdução à Sociologia da Educação*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2007.

Artigos Consultados na Pesquisa Bibliográfica

ALCANFOR, Lucilene; Jorge, BASSO. Infância, Identidade Étnica e Conhecimentos de Matriz Africana na Escola. *Revista Educação e Realidade,* Porto Alegre, v. 44, n. 2, 2019. p. 1-20.

BRITO, Alan Alves; ALHO, Kaleb Ribeiro. Educação Para as Relações Étnico-raciais: um ensaio sobre alteridades subalternizadas nas ciências físicas. *Revista Ensaio,* Belo Horizonte, v. 24, 2022. p. 1- 19.

CONSINO, Luiz Nascimento; ZAN, Dirce Djanira. Juventude negra, Ensino Médio e democracia: a luta pela escola. *Revista Educação, Democracia e Diferença,* Curitiba, v. 36, 202o. p. 1-20.

GLASS, Ronald. Entendendo raça e racismo: por uma educação racialmente crítica e antirracista. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos,* Brasília, v. 93, n. 235, set-dez 2012. p. 883-913.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.6305

MOTTA, Flávia; Paula, Claudenir de. Questões Raciais para Crianças: resistência e denúncia do não dito. *Revista Educação e Realidade,* Porto Alegre, v. 44, n. 2, 2019. p. 1-18.

OLIVEIRA, Luiz Fernando de; CANDAI, Vera Maria. Pedagogia Decolonial e Educação Antirracista e Interculturalismo no Brasil. *Educação em Revista,* Belo Horizonte, v. 26, n. 1, abril 2010. p. 15- 40.

SILVA, Andresa Queiroz da; ROCHA, Flávia Rodrigues Lima da; MARTINS, Wállison Clister Lima. O uso de Blackface como prática pedagógica nos anos iniciais da educação Básica. *Revista Trabalho, Linguagem e Aplicação,* Campinas, n. 61, jan-abril 2022. p. 148-162.

CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

Autor 1 – Coleta de dados, análise dos dados e escrita do texto.
Autor 2 – Coordenadora do projeto, participação ativa na análise dos dados e revisão da escrita final.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

Os autores declaram que não há conflito de interesse com o presente artigo.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença Creative Commons CC-BY.
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.